

## Cyberativismo e Educação: o conceito de raça e racismo na cibercultura

LUZINEIDE MIRANDA BORGES\*  
MILLE CAROLINE RODRIGUES FERNANDES\*\*

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo compreender quais são os conceitos de raça e racismo que são compartilhados nas mídias sociais digitais e como esse espaço pode contribuir para um debate crítico e reflexivo no fortalecimento da educação antirracista, intercrucando os pesquisadores das temáticas sobre cibercultura e redes com os que estudam as questões raciais no Brasil num movimento interseccional entre: comunicação, raça e educação. As reflexões apresentadas nesse artigo foram produzidas a partir da netnografia realizada nas redes sociais digitais sobre como as juventudes negras ressignificam o conceito de raça e racismo na cibercultura. Tais conceitos são atualizados e debatidos nas redes sociais digitais a partir dos comentários racistas que viralizaram na internet em novembro de 2017. Os dispositivos móveis como celulares e *tablets* com acesso à internet potencializam a mobilização social em todo das questões sociais, culturais, econômicas e políticas. Da denúncia como interface das questões a serem problematizadas à sociedade conectada altera os processos de participação social midiático tornando-se sujeitos autores e compartilhadores das suas próprias história de vida. Nesse analisamos o cyberativismo das juventudes negras a partir das suas narrativas digitais: comentários, imagens, vídeos e fotografias, apresentando questões como raça, racismo e educação antirracista.

**Palavras chave:** Cibercultura; Educação; Racismo; Epistemologia do Pertencimento.

### Cyberativism and Education: the concept of race and racism in ciberculture

**ABSTRACT:** This text aims to understand what are the concepts of race and racism that are shared in digital social media and how this space can contribute to a critical and reflexive debate in the strengthening of antiracist education, by cross-linking the researchers on cyberculture and networks with the who study racial issues in Brazil in an intersectional movement between: communication, race and education. The reflections presented in this article were produced from the netnography realized in the digital social networks on how the black youths reaffirm the concept of race and racism in cyberculture. These concepts are updated and debated on digital social networks from the racist comments that viralized on the Internet in November 2017. Mobile devices such as mobile phones and tablets with internet access potentiate social mobilization in all social, cultural, economic and political issues. Denouncing as interface the issues to be problematized to the connected society alters the processes of media social participation becoming subjects authors and sharers of their own life history. In this paper, we analyze the cyberativism of black youths from their digital narratives: comments, images, videos and photographs, presenting issues such as race, racism and antiracist education.

**Key words:** Cyberculture; Education; Racism; Epistemology of Belonging.



\* **LUZINEIDE MIRANDA BORGES** é doutoranda em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professora Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (BA).



\*\* **MILLE CAROLINE RODRIGUES FERNANDES** é Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc/UNEB/Campus I – Salvador-BA; Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XV/Valença-BA e de História da África pelo município de Nazaré-BA.

“Tá buzinando por que, seu merda do cacete? Não vou nem falar, porque eu sei quem é... é preto. É coisa de preto!”.

## Introdução

O digital em rede estabelece uma nova forma de comunicação e revoluciona os modelos comunicacionais na contemporaneidade. Saímos da comunicação/informação passiva, em que as pessoas recebiam essas informações e não tinham como expressar suas críticas e reflexões sobre elas a partir das mídias de massa como TV e o jornalismo impresso, para a comunicação/interação presente nas interfaces das redes sociais digitais como *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*. As frases acima, as quais abrem este momento de escrita, foram proferidas pelo jornalista William Waack, jornalista do Jornal Globo, em 08.11.16, enquanto fazia a cobertura da eleição do Donald Trump nos EUA, no ano de 2016. O vídeo foi publicado por um dos seus colegas de trabalho e viralizou nas redes sociais digitais. Várias pessoas compartilharam e deixaram seus rastros no *ciberespaço*, falando sobre o que pensam e denunciando o *racismo* explícito na fala do jornalista.

Com advento da comunicação móvel, o digital em rede, inaugura-se uma comunicação de todos com todos e não mais de um para todos como era a mídia de massa: a TV e o rádio (COUTO, 2014). O comentário racista do jornalista ganhou visibilidade entre a população negra e entre ativistas da luta

contra o racismo, mas também houve quem dissesse que não tinha nada demais e quem defendesse o jornalista em questão. O que demonstra que as redes sociais digitais permitem que a multiplicidade de vozes ecoe, ampliando as reflexões e o debate, bem como é uma forma de desconstruir o discurso único presente na imprensa de massa.

É cada vez mais comum acessarmos as redes sociais digitais e encontrarmos várias formas de interação e colaboração sobre o que está acontecendo no mundo. Expressões como: “o que você está pensando?”, “deixe aqui sua opinião” e “qual a sua sugestão?”; expressões que caracterizam as redes sociais digitais como espaço de co-criação e participação ativa, desenvolvendo o que alguns autores denominam de *cultura do compartilhamento e da participação* (COUTO, 2014). Saímos da era leitor para leitor/autor. O digital em rede parte do princípio de que as pessoas têm sempre o que contribuir, estão engajadas e fazem parte desse movimento não como expectador, mas como autores. São para elas e sobre elas que a cada dia os desenvolvedores e programadores de *software* criam e recriam aplicativos na internet (SANTOS, E. O.; SANTOS, S. R., 2012).

Essa geração que está nas escolas e nas redes sociais digitais é composta de pessoas que têm sua história de vida *linkada* pelas relações do seu cotidiano *online* e *off-line*. São estudantes que têm uma concepção cultural sobre gênero, raça, política e religiosidade construída no *espaçotempo*<sup>2</sup> da sua vida *dentrofora*

<sup>1</sup> Expressões proferidas pelo jornalista William Waack, jornalista do Jornal Globo em 08.11.16 enquanto fazia a cobertura da eleição do Donald Trump nos EUA e alguém passa buzinando enquanto ele aguardava para entrar ao vivo. O vídeo foi publicado por dos seus colegas de trabalho e viralizou nas redes sociais digitais.

<sup>2</sup> Espaço-tempo e Dentrofora. Esse termo, utilizado por Nilda Alves (2010), para substituir os tradicionais dentro e fora, aparece dessa maneira para mostrar como o modo

da escola. O que circula nas redes sociais digitais são suas vivências nas relações inter cruzadas nesse *espaçotempo*. Eles participam dos debates presentes nas suas redes sociais digitais, compartilham textos, vídeos e áudios, que contribuem para os debates nos seus ciclos de amizades durante e depois da aula como também provocam a discussão durante o desenvolvimento das aulas. Muitos professores e professoras têm seus conhecimentos ampliados pelos saberes e informações que são compartilhados no *Facebook* e só depois buscam ampliar suas reflexões críticas em blogs, livros (impressos ou em pdf) e até mesmo nos documentários em formato de audiovisual. A *interculturalidade comunicacional* (SODRÉ, 2000) ressignificada a partir da multiplicidade das narrativas digitais, que são produzidas e compartilhadas em forma de sons, imagens e vídeos ressignifica as práticas de leitura e a forma como produzimos conhecimento na *cibercultura*.

Tentando compreender como as redes sociais digitais podem contribuir com o debate sobre a Lei 10639/03, a qual inclui no Currículo Oficial e torna obrigatório o Ensino de História e das contribuições da cultura de *arkhé* africana em todas as escolas, públicas e particulares, da educação básica, analisamos o *cyberativismo* da juventude negra nas redes sociais digitais: *Twitter* e *Facebook* a partir da Hashtags<sup>3</sup> “*É coisa de preto*” e “*É*

*coisa de preto*”, que teve como objetivo denunciar as falas racistas do jornalista Willian Waack a partir do vídeo compartilhado por Jorge Tadeu em sua conta pessoal no *Twitter*.

Dessa maneira, este texto tem como objetivo compreender quais são os conceitos de raça e racismo que são compartilhados nas mídias sociais digitais e como esse espaço pode contribuir para um debate crítico e reflexivo no fortalecimento da educação antirracista, inter cruzando os pesquisadores das temáticas sobre cibercultura e redes com os que estudam as questões raciais no Brasil num movimento interseccional entre: comunicação, raça e educação.

### **Netativismo e educação: raça e racismo no contexto atual**

Compartilhar, curtir e comentar são os dispositivos interfaciais que fazem do *Facebook* uma rede social digital com potência para que as pessoas expressem as suas opiniões e juízo de valor sobre temas banais como o cabelo do Neymar na copa de 2018<sup>4</sup>, às questões culturais, políticas, religiosas, de gênero e também de raça. As várias mobilizações sociais, políticas e culturais que aconteceram nos últimos anos tiveram o protagonismo das redes sociais digitais que acionaram pessoas e grupos sociais

---

cerquilha (#).As *hashtags* viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, outros usuários podem clicar nas *hashtags* (ou buscá-las em mecanismos como o Google), para ter acesso a todos que participaram da discussão. As *hashtags* mais usadas no *Twitter* ficam agrupadas no menu *Trending Topics*, encontrado na barra lateral do microblog...] Veja mais informações em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtag>

<sup>4</sup> Muitas produções ciberculturais que fazem as pessoas rirem, mas também pensarem sobre as questões culturais e raciais a partir das produções imagéticas.

---

dicotomizado de analisar a realidade, que herdamos da ciência moderna, significa limites ao desenvolvimento das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. Achamos coerente utilizar essa forma de grafar para examinar as ideias de Cibercultura e outros temas da contemporaneidade.

<sup>3</sup>[... *Hashtags* são palavra-chave do assunto, tema ou conteúdo antecedida pelo símbolo

diversos que se sentiram afetadas pelas mobilizações. São os movimentos sociais de desestabilização quem utiliza as redes sociais para mobilizações *on-line* ou *off-line*. Desde a *Primavera Árabe*<sup>5</sup> e as mobilizações que aconteceram no Brasil em 2013 e 2016 em que os indivíduos conectados utilizam as redes sociais digitais para as mais diversas articulações que vão desde compartilhamentos de textos críticos, agenda de manifestações nas ruas, à vídeos, solicitando que os participantes das suas redes pessoais assinem alguma petição *on-line*. Essa nova forma de mobilização política que tem as interfaces do digital em rede como articulador comunicacional é denominado por Ivana Bentes (2015) de *mídia multidão* ou *midialivrismo*.

Pessoas que individualmente começam a se ver e assumir como produtores relevantes de conteúdos. Essa percepção de que a mídia somos nós, esse conjunto de singularidades que podemos acessar, com quem podemos interagir e trocar realmente, é uma mutação antropológica (BENTES, 2015, p 12).

Esse pertencimento às redes digitais se dá pelo que nos afeta, nenhum movimento social é aleatório, além das questões macro que levaram os jovens as ruas em 2013, em defesa a redução das tarifas do transporte público, houve também as questões individuais subjetivas que vão desde fazermos parte de um coletivo que maior que nós mesmos a gritar virtualmente por justiça social. Não são as tecnologias digitais de comunicação que determinam a formação das redes *online/off-line*. Elas são dispositivos tecnológicos que possibilitam a agregação de pautas

emergenciais que atravessam o cotidiano das pessoas (CASTELLS, 2015). A *viralização* é o movimento desencadeador e necessário para que as redes se afetem e juntas construam a sua pauta coletiva de lutas por justiça social. Vale destacar também que Castells (2009) nos convida a pensar sobre o poder que a rede possui sobre os seus componentes, pois sabemos que existe um poder que vai favorecer os interesses específicos de um determinado grupo de atores sociais na origem da formação da rede e de como se estabelecerá suas formas de comunicação. Assim este poder coletivo em prol de justiça social das minorias tem tomado uma grande proporção. Se antes tínhamos receio das vigilâncias das câmeras, hoje através das redes mediadas pelo digital móvel conseguimos tencionar discussões e mobilizar os grupos para a luta e resistência.

Quando o vídeo em que o Willian Waack expressa palavras com denotações racistas viralizou, os ecos de indignação e, por vezes, de cumplicidade em defesa do jornalista pulverizaram as redes sociais digitais, mobilizando pessoas múltiplas e diversas no *ciberespaço* em torno da questão supracitada. Foi possível encontrar no *twitter* comentários como:

<sup>5</sup> Veja mais em:

<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/primavera-arabe-resumo/>

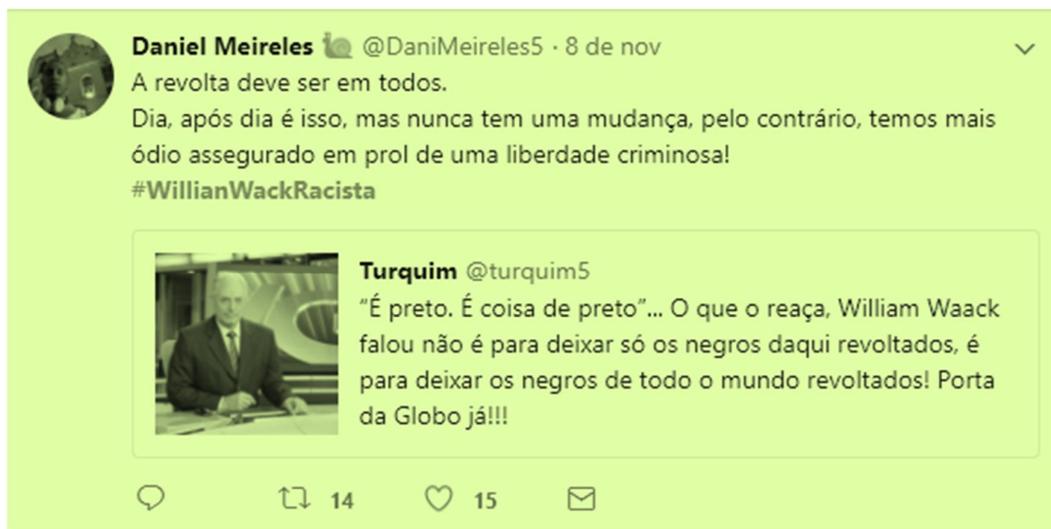


Figura 1: Fonte: <https://twitter.com/hashtag/WillianWackRacista?src=hash>

Foi a partir dos comentários do Daniel e do Turquim que fiquei a me perguntar por que a revolta deveria ser de todos e porque todos os negros do mundo deveriam ficar revoltados? Há na fala dos internautas acima um acionamento de rede, e não é qualquer rede, eles estão convidando a todos os negros do mundo para que manifestassem a sua revolta, a sua indignação. Esse acionamento, através do digital em rede, o Di Felice chama de *netativismo*.

Muito mais que simples redes sociais, as esferas interativas, possibilitadas pelos novos tipos de internet, ao conectar não apenas pessoas, mas todos os tipos de superfícies permitem o advento de uma ecologia que nos torna inseparáveis de todos os tipos de materialidades e acontecimentos (DI FELICE, 2015).

O *netativismo* é mais que um conceito forjado pelo advento das tecnologias digitais comunicacionais, ele é a expressão de um novo modo comunicacional que transforma acontecimentos banais, para quem não é diretamente afetado, em questões que precisam ser faladas, pensadas e

ressignificadas. Vão além do compartilhamento pelo compartilhamento, as informações circuladas têm a função de não só informar as pessoas sobre o que está acontecendo no mundo, o inFORMAR a partir do afetamento e dos modos de sentir os pertencentes dos acontecimentos compartilhados nas redes é uma das várias propostas da comunicação na *cibercultura*. As questões de gênero, raça e classe que são compartilhadas nas redes sociais digitais, afetam as pessoas que se identificam com essas questões em seu dia a dia. Esses afetamentos podem causar comoções, indignações e na maioria das vezes mobilizações virtuais no acionamento das múltiplas vozes. Os dois comentários que aparecem na imagem 1 é um dos inúmeros exemplos do que é essa ecologia de sentimentos em torno de uma questão cada vez discutida nas redes sociais que é o racismo.

Só é possível compreender porque as expressões “é coisa de preto...” e “só podia ser coisa de preto”, revolta a todos os negros em todo mundo quando

analisamos os traumas e as dores causadas pelo holocausto do racismo há mais de 400 anos no mundo.

Para compreender a comoção e a indignação do povo preto sobre as declarações do jornalista que veicularam nas redes sociais, principalmente no mês da Consciência Negra, é preciso revisitar alguns conceitos como a questão da raça e a questão do racismo no Brasil e no mundo.

O que “É coisa de preto!” tem a ver com a questão racial no Brasil? Historicamente ouvimos falar que não existe raças porque biologicamente a raça é humana. Mas, se a raça é humana porque nomeamos algumas pessoas pelo seu fenótipo ou grupo étnico? Quando alguém fala, “só podia ser coisa de preto!” Está classificando ou não um determinado grupo racial?



Figura 2: Fonte: <https://twitter.com/hashtag/WillianWackRacista?src=hash>

Infelizmente a questão racial ainda faz parte da vida cotidiana da população negra e indígena no Brasil e sempre que somos lembrados, somos lembrados de forma subalternizada ou inferiorizada. Quem sente na pele o sentimento negativo da sua cor, dos seus traços ou da sua cultura sabe que quando alguém nomeia pela cor da pele está acionando racialmente um determinado grupo étnico. Assim, compreendemos que biologicamente não temos várias raças, como defendia Hitler no holocausto contra os judeus, mas culturalmente os negros no mundo são racializados.

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo *raça*, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo

contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existente na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas (GOMES, 2005, p. 45).

Segundo Nilma Lino Gomes (2005), o racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas mostram que, no cotidiano, nas relações

de gênero, na mídia de massa, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem em condições de desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. Somos maioria nos presídios, mas minorias na pós-graduação. Apesar de não gostar de dados estatísticos, nesse caso específico é importante lembrar que as desigualdades raciais não são apenas os traumas causados pelos xingamentos ou piadinhas em rede mundial, ele está presente na negação do estado para com a população negra quanto à educação, saúde, segurança e condições de moradia o que nos faz pensar que a pobreza no Brasil tem cor e essa cor é preta.

Segundo o IBGE:

O Mapa da Violência de 2016 mostra que, de 2003 a 2014, o número de homicídios de pessoas brancas por armas de fogo caiu 26,1%. Em contrapartida, o de pessoas negras aumentou 46,9%. Das 42.291 pessoas vítimas de homicídios por armas de fogo no último ano, 26.354 (62,3%) eram pardas e 3.459 (8,2%) eram pretas.

Na educação, enquanto 22,2% da população branca têm 12 anos de estudos ou mais, a taxa é de 9,4% para a população negra. O índice de analfabetismo para a população negra é de 11,8% — maior que a média de toda população brasileira (8,7%).

Dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudavam nem trabalhavam, 62,9% eram negros e negras, de acordo com o IBGE. A maternidade precoce é um dos fatores que levam meninas a essa condição: do total de meninas de 15 a 19 anos sem estudo e sem trabalho, 59,7% têm pelo menos

um filho sendo que, destas, 69% são negras.

A informalidade econômica também afeta mais a população negra, apesar dos avanços registrados nos últimos anos. A parcela da população negra na informalidade caiu de 62,7% em 2004 para 48,4%, em 2014. Mas, no mesmo período, os indicadores para a população branca caíram bem mais, de 47% para 35,3% (ONUBR, *ONLINE*).

Esses dados são apenas o retrato do quanto a raça continua sendo definidora da produção econômica no Brasil. Ainda somos considerados mãos de obra barata no projeto do capitalismo, assim como foi no século XV ao XIX.

O que chamamos de “Negro” é uma invenção do capitalismo à época em que este sistema econômico e esta forma de exploração da natureza e dos seres humanos foi posta em prática à beira do Oceano Atlântico, no séc. 15. Neste contexto, o “Negro” é a definição de uma humanidade que se presume não ser só uma, ou, sendo apenas uma, não pode ser nada mais do que uma coisa, um objecto, uma mercadoria (MBEMBE, *online*).

Segundo o autor, a Europa nos dividiu em raça, e como sub-humanos nos transformou em homem/mulher-objeto, homem/mulher-mercadoria, homem/mulher-moeda e o negro/a “*É aquele (ou ainda aquilo) que se vê quando nada se vê, quando nada se compreende e, sobretudo, quando nada se quer compreender*” (MBEMBE, 2014, p.10). E se quisessem ascender ao estatuto de humanos foi/é preciso abrir mão de sua cultura, de sua linguagem de suas origens e se apropriar da cultura branca, lida como cultura humana.

Dialogando com Fanon (2008), Mbembe (2014) chama atenção do

quanto a raça negra sofreu e sofre a violência causada pelo capitalismo que nos dividiu e nos hierarquizou e que o negro é uma invenção do branco, que o racializou para poder explorá-lo.

Ainda tentando compreender o conceito de raça presente na fala do jornalista, analiso Mbembe (2014), quando diz que raça é mais que um conceito, raça foi/é um projeto colonial que dividiu a população africana de melanina acentuada em não humanos e o transformou em escravo/as. Com o fim da escravidão humana negra no final do século XIX, os processos de extermínio econômico, cultural e social continua ainda operante através projeto da *necropolítica* (MEMBE, 2014) nos países que foram colonizados. Segundo o autor, a *necropolítica* tem como objetivo matar ou deixar morrer as populações negras no mundo. Olhando, novamente, os dados do homicídio da população negra nos últimos anos no Brasil para compreendemos o que o autor vem chamando de *necropolítica*: “das 42.291 pessoas vítimas de homicídios por armas de fogo no último ano, 26.354 (62,3%) eram pardas e 3.459 (8,2%) eram pretas. O deixar morrer está expresso nos números de negros desempregados ou nos chamados subempregos sem nenhuma condição de melhorias das suas sobrevividas. Está presente na ausência de hospitais ou posto de saúde nas periferias dos grandes centros urbanos em que a população negra é maioria. O descaso do estado para com a juventude negra, que não tem acesso a lazer, a museus, ao cinema também é forma de deixar morrer. Na imprensa de massa a representatividade é sempre a da violência e da subserviência, as novelas ainda existem no modelo social de desprestígio social e cultural em que os atores e atrizes negras/os participam, quando participam.

A *necropolítica* também tem como objetivo a produção da indiferença no mundo, convivemos constantemente com esse processo no que diz respeito ao povo preto. Basta fazer uma pesquisa rápida através da #vidasnegrasimportam e encontraremos as várias mobilizações nas redes sociais digitais quanto as questões raciais que atingiram as pessoas na Somália e recentemente os leilões escravos na Líbia e nenhuma reportagem ou informação por parte das grandes imprensas no mundo, especificamente no Brasil. O que explicita a indiferença e a seletividade com que as vidas negras são colocadas, vidas negras não geram comoção nem mobilização por parte da imprensa corporativa que historicamente segue silenciada quando o tema é a *resistência* humana das populações negras. Deixar morrer faz parte do projeto da *necropolítica* desde que as populações negras compreenderam que tinham direito a reparação e restituição econômica pós a abolição oficial.

Bem, através do *netativismo* digital ou *cyberativismo*, é possível perceber que uma parcela da sociedade, sobretudo o jornalismo conservador, presente em atitude como a do jornalista William Waack compreende a população negra, os pretos e pretas como uma raça atrasada, inferior e desqualificada e que ao olharmos para elas só o fazem no lugar de branco, ‘intelectualizado’, ‘avançado’ e ‘superior’ fruto da colonialidade que insiste em produzir invisibilidade e extermínio da população e da cultura negra no mundo (FANON, 2008).

Por outro lado, os coletivos digitais que tem com uma proposta de empoderamento dos negros têm se multiplicado a cada dia. A diferença como algo positivo é pautada na relação social que priorize o respeito ao outro

como portador e produtor de cultura, saber e criatividade, que influencia na nossa formação e como a educação, a cultura e a história podem ajudar na reconstrução de uma identidade brasileira, agora fundamentada no reconhecimento de uma população brasileira consciente de sua formação multirracial, na qual o negro se reconheça como parte da sociedade (MUNANGA, 2012).

### **E #écoisadepreto: múltiplos pertencimentos da população nas mídias digitais**

Há 14 anos, a Lei de 10.639/03 foi criada, e seu principal objetivo é tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas em todas as escolas, públicas e particulares, de Educação Básica. Apesar do pouco avanço, pois muitas escolas a interpretaram de forma muito superficial, resumindo o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana a datas comemorativas pontuais, o número de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB<sup>6</sup> triplicaram, e com ele, a formação de professores com recorte racial. Também aumentaram o número de docentes e discentes negro/as nas universidades e com eles a instituições superiores de educação estão provocando o debate dentro destes espaços e tencionando a formação de redes *online* e *off-line* capazes de produzir conhecimentos interreferenciados nas subjetividades raciais e culturais que formam as nossas comunidades existenciais que vão desde as favelas, as comunidades quilombolas rurais e urbanas, as aldeias indígenas, os terreiros de candomblé e de umbandas,

os ciganos, as comunidades ribeirinhas, enfim..., as chamadas periferias do mundo.

A ausência de uma representatividade positiva nas mídias de massa ou falta de visibilidade do *devir negro no mundo* (MBEMBE, 2014), como potência econômica, política, cultural e epistêmica é o dispositivo de luta acionado pela juventude negra no seu cyberativismo. Se ainda existem escolas que seguem sem saber como trabalhar com os conhecimentos produzidos historicamente pela população negra, basta dar uma pesquisada no *Facebook* com a *#écoisadepreto* e encontrará as narrativas digitais: vídeos, imagens e vários textos com um repertório crítico e criativo, abordando os *saberes-fazer*es do povo preto em diversas áreas do conhecimento.

O dispositivo antirracista contra a atitude racista do jornalista em questão foi apresentar ao mundo a participação da população negra na ciência, na educação, na música, na cultura, nas artes plásticas, na literatura o que “é coisa de preto”.

---

<sup>6</sup> Veja a lista completa e seus respectivos endereços em <https://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2014/01/lista-de-nucleos-de-estudos-afro.html>.



Figura 3: Fonte: [Perfil pessoal de Carlos Machado](#)

Além de apresentar os ícones negros/as que tiveram papel importante para a História, e consequentemente para o povo negro, na figura 03, o Carlos Machado faz uma provocação no seu comentário quando diz, que sim, somos responsáveis também pelo *Funk*, pelo Samba e temos os melhores jogadores do mundo, mas também somos intelectuais que produzimos ciências e temos valores civilizatórios que a *branquitude* segue recalçando e invisibilizando.

Em um mundo fortemente hierarquizado em desfavor dos negros, forjar um novo destino, autoassumindo, e reconquistar o lugar de protagonista na história, implicava a plena assunção de uma *identidade racial* postulada em termos e valores definidos pelos próprios negros (MOORE, 2010, p.15).

Esse movimento de posituação do povo negro nas redes sociais digitais, nos faz lembrar do movimento da *negritude* que

aconteceu na França, por volta de 1930, e depois circulou pelo mundo, cujo objetivo foi a valorização dos negros africanos que estavam fora da África, e também na África. Tendo a literatura como dispositivo do despertar dos valores civilizatórios e político seus principais representantes: Aimé Césaire da Martinica, Léopold Sédar Senghor, do Senegal, e Léon-Gontran Damas, da Guiana. Os ativistas da negritude, utilizaram sua produção literária como dispositivo político de empoderamento da *identidade racial* para que “o negro deve sentir tanto orgulho de ser negro quanto o branco de ser branco (MOORE, 2010, p 11)”.

Ao assumir a *#écoisade preto*”, uma expressão que no primeiro momento teve a intenção de desqualificar e deslegitimar os pretos do mundo inteiro, os *cyberativistas* dão uma dobra para dentro e apresentam vários motivos pelos quais os negros no mundo e no Brasil devem sentir orgulho de ser quem são e recuperar a *identidade racial*

como processo de re-*enraizamento* como ação política contra a *colonialidade* ainda presente no Brasil.

“Coisa de Preto é a bruxaria contida num conto de Machado de Assis. Um samba escrito pela caneta de Mauro Diniz. Coisa de preto é a poesia de Cartola. Os dedos a bailar sobre o violão de Paulinho da Viola. Ah, só podia ser preto - Romário, Imperador, Ronaldinho. Responder ao racismo com Lamentos em forma de chorinho. Pixinguinha, preto rei, rei dessa coisa escura. Renato Gama autodidata senhor da soltura. Coisa de preto é manter-se grande diante de quem mata. É se precisar ameaçar com canhão pelo fim da chibata. Coisa de preto é viver com alegria. Inventar a matemática, arquitetura, medicina, agricultura e filosofia. Ser parte da primeira civilização. Ser senhor do Blues, do Samba, do Reggae, do Pop, Soul, do Jazz.” “É manter amor a Terra diante de um povo que a desdenha pelo céu. Coisa de preta é Jovelina partideira. Milton, Djavan, Tim, Alcione e Candeia. Veja a noite Yurugu, fique atento. É preta a senhora dona do vento. Veja, estejas pronto e ouvindo.” Jonathan Oliveira Raymundo E eu completo aqui: é tudo isso e muito mais. E pra vc o que É? E só pra não esquecer: Racismo é crime e ponto final ([#coisadepreto](#), trechos do texto de Johnatan Oliveira Raimundo, ampliado por Lázaro Ramos).

Esse despertar da *negritude* através do *cyberativismo* nas suas redes sociais digitais na contemporaneidade é um pequeno recorte de que a questão da *identidade racial* ainda não foi superada e que o seu debate é tão necessário quanto a questão do *racismo*, produto da *colonialidade*. Acabamos com o *colonialismo*, mas não exterminamos o

colonialista presente nas relações econômicas, culturais, políticas, jurídicas e administrativas presente em nossa sociedade.

Para Torres (2016):

O *colonialismo* denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta ideia, a *colonialidade* se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do *colonialismo* moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do *colonialismo* preceder a *colonialidade*, a *colonialidade* sobrevive ao *colonialismo*. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a *colonialidade* na modernidade cotidianamente. (TORRES, 2016, p. 78).

Só os pretos dessa sociedade racista contemporânea sabem e sentem na pele o quanto a *colonialidade* tem um efeito genocida sobre nosso corpo e nosso povo. É ser confundido como garçom nos restaurantes, é ter sua representatividade nas mídias televisivas de massa marcada sempre pela violência perpetuada pelo estado que negligencia nossa educação não oferecendo uma educação de qualidade e acabamos sendo minorias nos cursos de prestígios, tais como medicina,

direitos e nas engenharias. É ser maioria nas escolas públicas que, desde que se propôs a ser “democrática” e lugar de “todos”, vive um processo de sucateamento e invisibilidade da diversidade com seu currículo branco, hétero e judaico-cristã. É contra esse estereótipo, que tem como característica justificar a exploração e a opressão pelo imaginário de superioridade de um grupo humano sobre outro, recalçando todo o processo histórico e essa invisibilidade que o Johnatan Oliveira Raimundo e o Lázaro Ramos estão convocando o povo preto a valorização e a legitimação de que somos mais que homem/mulher-mercadoria, estamos presentes e somos ativos nas mais diversas formas de resistir e de existir: na política, na ciência, na tecnologia e também na cultura.

### *Uma pausa .... Mas a luta continua!*

Cuidar das barreiras impostas pelo racismo também faz parte da nossa agenda no contexto de formação. Sabemos que o *auto-reconhecimento* é nosso principal antídoto na luta contra o racismo, mas também pode ser a nossa insônia mais perversa, como nos alerta Fanon (2008). Compreendendo que o projeto racista criou o outro e eles, precisamos estar atentos/as às armadilhas que ele criou. E aí as redes sociais digitais pela sua flexibilidade e fluidez podem criar mais distanciamentos que laços de afetos e parceria nessa arena que nos impõe cotidianamente. A militância digital requer cuidado emocional, empatia e saúde mental. Portanto, é coisa de preto/a também desligar o *smarphone* e sair para sambar, cuidar da família, principalmente se ela for preta, conversar com os amigos e amigas e rir alto, bem alto. Dito isso, para lutar contra o racismo, precisamos estar vivos/as e emocionalmente felizes.

### Referências

- ALVES, Nilda. A compreensão de políticas nas pesquisas com os cotidianos: para além dos processos de regulação. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 31, n. 113, p. 1.195-1.212, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/08.pdf>>. Acesso em: 20.05.2014.
- BENTES, Ivana. *Mídia-Multidão. Estéticas da Comunicação e Biopolíticas*. Rio de Janeiro. Editora MauadX, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- COUTO, S. Edvaldo. Pedagogias das conexões: compartilhar conhecimentos e construir subjetividades nas redes sociais Digitais. In: **Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar/** Cristiane Porto; Edméa Santos (Organizadoras). – Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- DI FELICE, Massimo. **Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração**. In: DI FELICE, Massimo (org.). *Do público para as redes. A comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2015. (Coleção era digital; v. 1). 1 ed. p. 17-61. Disponível em: <http://www.2i2p.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/DI-FELICE-Do-p%C3%BAblico-para-as-redes.pdf>.
- \_\_\_\_\_. **Net-Ativismo e Ecologia da Ação em Contextos Reticulares** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013 pdf<sup>7</sup>.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p.39 - 62.
- 7  
[https://docs.wixstatic.com/ugd/e30c33\\_42563943fd5d45b997aec546ad19ec18.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/e30c33_42563943fd5d45b997aec546ad19ec18.pdf)

MBEMBE, Achille. **Achille Mbembe: “A era do humanismo está terminando”** Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em 26.11.17

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Negra**. Tradução Marta Lança, Ed. Antígona, 2014.

MOORE, Carlos. **Césarie Aimé: o discurso sobre Negritude**. Carlos Moore (organizador). Belo Horizonte – MG; Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2012.

SANTOS, Rosemary S.; SANTOS, Edméa O. Ciberultura: redes educativas e práticas cotidianas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, p. 159-183, v. 04, n. 07, jan-jul. 2012.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. 3a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 janeiro/abril 2016.

Recebido em 2018-06-20

Publicado em 2018-08-07